

Política

CONSTITUINTE



Pazzianotto e Aluizio: olhando.

Na tribuna e nas galerias, calma e gente ilustre.

Na tribuna de honra da Câmara, os assistentes mais qualificados eram os ministros Aluizio Alves, da Administração, e Almir Pazzianotto, do Trabalho, além de dona Mora, esposa do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Parlamentarista transformado em presidencialista, Alves agora classificava o sistema de gabinete de "instrumento casuístico dos que querem cassar o mandato do presidente Sarney". Pazzianotto não gostou dos discursos, dizendo-os "emocionais e genéricos". Nas quietas galerias, celebridades eram as cantoras Fafá de Belém e Eliana Pittman, e o compositor Macalé. Eliana achou a votação "uma bagunça".

De manhã, as primeiras escaramuças em plenário.

A sessão de ontem pela manhã do Congresso Nacional serviu para a leitura de 19 decretos-leis e três vetos presidenciais a projetos do Legislativo e para que presidencialistas e parlamentaristas, poucas horas antes do início da votação, discutissem amplamente o sistema de governo.

O principal argumento parlamentarista contra o presidencialismo foi levado a plenário pelo deputado Adilson Mota (PDS): "Em 98 anos de presidencialismo aconteceram 12 estados de sítio, 17 atos institucionais, seis dissoluções do Congresso, 19 rebeliões militares, duas renúncias presidenciais, impedimento de posse de três presidentes e quatro presidentes depostos, seis Constituições diferentes, dois longos períodos de ditadura, nove governos autoritários, e, o mais importante, apenas dois presidentes civis concluíram seus mandatos: Artur Bernardes e Juscelino Kubitschek".

Do lado presidencialista, os deputados Farabulini Júnior (PTB-SP), Néelson Aguiar (PMDB-ES), Adroaldo Streck (PDT-RS) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) desafiaram os parlamentaristas, chegando a prometer-lhes até apoio, a convocar eleições gerais, de vereador a presidente da República, passando pelo Congresso Nacional, os governadores e os prefeitos. Farabulini Júnior disse que tudo o que os parlamentaristas prometem em seus discursos já foi atendido pelos presidencialistas, com a aprovação da recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional.

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), disse que o PMDB, para ser coerente com o movimento pelas diretas-já de 1984, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral e com a missão de ter posto fim aos 20 anos de autoritarismo, teria que votar pela manutenção do sistema presidencialista, para ensejar eleições diretas para presidente da República e não aprovar o parlamentarismo, com o qual restauraria o execrado Colégio Eleitoral.

Treze das 26 mulheres deputadas assinaram um documento de apoio ao parlamentarismo, que foi lido do plenário pela deputada Lidice da Mata (PC do B-BA).

RÁDIO E TV

A Rádio Eldorado, acompanhou desde cedo o dia de ontem na Constituinte, com repórteres transmitindo diretamente do plenário toda a movimentação de deputados e senadores no dia mais agitado da votação. Também as emissoras de tevê transmitiram flashes durante todo o dia, com destaque para a Tevê Bandeirantes, que estendeu seu "Jornal Bandeirantes" até o momento da votação dos cinco anos de mandato, mostrando tudo. A Globo passava "Mandala".

COBERTURA

A cobertura da Constituinte é dos seguintes repórteres da sucursal de Brasília: Tânia Monteiro, Flamarion Mossri, Antônio Arrais, Sônia Silva, Sônia Costa, Ana Márcia Seraphim, Sílvia Caetano, Milano Lopes, Ary Ribeiro, Lustosa da Costa, Cláudio Kuck, Bartolomeu da Costa, Jandira Gouveia, Zenaide Rodrigues, Jandro Paranaíba, José Azeredo, Evandro Vilela de Magalhães, Fonseca, Manoel Vilela de Magalhães, Armando Mendes e Raquel Ulhoa (textos); Rosângela Bittar (coordenação); Alencar Monteiro, Sérgio Borges e Luis Tajés (fotos). E do enviado especial Sérgio Rondino.



No painel, presença total e a esmagadora diferença.

559 PRESENCAS

Pela primeira vez — para votar o sistema de governo — todos os constituintes estavam no plenário.

Quando a vitória do presidencialismo apareceu no painel eletrônico, exatamente às 18h11, a quantidade de papel picado que caía das galerias não era tão grande para justificar a alegria dos vitoriosos. A Constituinte levou exatas três horas e 42 minutos para confirmar a manutenção do sistema de governo e conseguiu um fato inédito: reuniu numa única sessão todos os 559 parlamentares. Para tamanha expectativa, porém, faltou brilho à sessão: nenhum constituinte reconheceu que tivesse havido um grande discurso ou uma questão de ordem mais inquietante. Em contrapartida, sobram provocações, muito descaço e algum deboche.

A sessão começou às 14h30 em ponto, sem quórum. A saída foi liberar o microfone da tribuna a quem quisesse falar, até que o plenário lotasse. Desatenção geral, enquanto os oradores se revezavam entre a defesa do parlamentarismo e do presidencialismo. Às 15h04, o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, assumiu os trabalhos, enquanto o deputado Jurez Antunes (PDT-RJ), que ocupava o microfone, improvisou um gracejo para anunciar a presença: "O cacique chegou e nós vamos respeitar".

Apesar da disposição de Ulysses de apressar os trabalhos, a sessão completava uma hora e o sistema de governo não havia sido apreciado. A votação da emenda Humberto Lucena, que manteve o presidencialismo, só foi anunciada às 15h46. E começaram então a surgir as primeiras questões de ordem. Ulysses desvinculou-se delas com o rápido auxílio do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins. Mas não pôde evitar que os microfones fossem excessivamente disputados, o que começou a causar os primeiros tumultos.

O senador Humberto Lucena, subiu à

tribuna às 16 horas para defender sua emenda — e a voz do líder do governo, Carlos Sant'Anna, aparecia ao fundo, garantindo que os cinco anos "já estão no bolso". No cafezinho ao lado do plenário, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos coordenadores do Centrão, dava pesames aos parlamentaristas. O senador Alvaro Pacheco, um dos amigos mais íntimos do presidente Sarney, previa que o presidencialismo ganharia por 310 votos. O deputado Victor Faccioni (PDS-RS), parlamentarista, lamentava-se por antecedência: "Não temos o tesouro à nossa disposição", dizia. "Mas será uma vitória de Pirro, pois o presidencialismo levará o País a um impasse."

Confusão

Enquanto se faziam previsões lá fora, os trabalhos prosseguiram no plenário. Para evitar confusão, Ulysses ameaçou desligar os microfones, mas recebeu um início de vaia. O senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Genoíno conversavam alto e gargalhavam. No plenário, os gritos de quatro e cinco anos travavam disputas. Lucena esperou seis minutos até que conseguisse algum silêncio. Quando conseguiu, mal foi ouvido.

Oito minutos depois de Lucena, o senador Luís Viana Filho, defensor do parlamentarismo, começou a falar. O plenário calou, mas Viana acabou se perdendo nas ideias e o tumulto recomeçou. Aos gritos de "tá na hora, tá na hora", pediam para que Viana deixasse o microfone. Ele solicitava "mais cinco minutos" e Ulysses pedia a colaboração de todos. A sessão começava a se assemelhar a um programa de auditório.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) foi o orador seguinte, para defender o presidencialismo. Falou rápido, mas ninguém parecia ouvi-lo. O senador Néelson Carneiro (PMDB-RJ) veio a seguir: voz cansada, fra-



Humberto Lucena defende o presidencialismo...



...Afonso Arinos rebate pelo parlamentarismo...



...também defendido por José Fogaça.

ca, ele apelou para um tom emocional que sensibilizou o plenário. Quando encerrou seu discurso, às 16h51, acabou como o maior orador da tribuna.

Os constituintes gritavam pedindo a votação imediata, mas ainda teriam de ouvir mais oradores, como Maurílio Ferreira Lima e José Fogaça. Novas vaias e ironias vindas do plenário. Ulysses estava visivelmente cansado: a cabeça pendia para o lado direito e os olhos permaneciam baixos. Mas voltou à postura empertigada quando o plenário voltou a berrar: "Olha o tempo. Tá na hora".

A votação estava bem perto e a deputada Eunice Michiles se ocupava com os últimos "bolões", que ninguém acertou. Ricardo Fiúza foi o que passou mais perto: 313 votos para o presidencialismo. Ninguém queria ouvir mais ninguém, até que Ulysses chamou o último orador: o senador Afonso Arinos. A sessão já entrava na quarta hora e Arinos parecia não ter pressa. Com Ulysses, que souu a campainha para lembrar o tempo esgotado, ele brincava: "Seu relógio está adiantado". Risos. Arinos tentou reconstruir as raízes do parlamentarismo, mas não foi convincente. Já sabia que perdera a parada.

Às 17h44, Ulysses pediu a todos que ocupassem seus lugares que a votação seria iniciada. Às 18 horas, depois das vaias ao relator Cabral, que opinou contra a emenda Lucena, a excitação era geral. Todos falavam ao mesmo tempo e a votação começou a surgir no painel, até completar o total de 559 parlamentares. O resultado foi anunciado onze minutos depois. Houve breves comemorações, as galerias se levantaram e os constituintes foram deixando o plenário. Calmo, Ulysses permanecia com os dez dedos das mãos cruzados, enquanto a sessão continuava.

PRESIDENCIALISTAS

Nem os presidencialistas esperavam tantos votos (344) na vitória sobre os parlamentaristas. O senador Humberto Lucena, autor da emenda presidencialista, passou a manhã de ontem recebendo telefones e visitas em seu gabinete, e a primeira delas foi do ministro do Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Habitação, Prisco Viana, que saiu satisfeito do encontro: pela pesquisa do deputado Milton Reis, o presidencialismo teria de 300 a 320 votos. E Dado Coimbra, conhecido como "o computador da Constituinte" por fazer previsões confirmadas em votação, dizia que seriam 308 os votos presidencialistas.

A estratégia final dos presidencialistas foi armada numa reunião de cerca de uma hora, no gabinete de Lucena, da qual participaram José Genoíno (PT), Milton Reis (PMDB), Marco Maciel (PFL), José Lourenço (PFL), Jarbas Passarinho (PDS), Brandão Monteiro (PDT), Vivaldo Barbosa (PDT), Vladimir Palmeira (PT), Mário Maia (PDT) e Olívio Dutra (PT).

A reunião foi iniciada juntamente pela contagem dos votos, e na avaliação do deputado Milton Reis a emenda Lucena seria vencedora por cerca de 50 votos (na verdade, a diferença foi de 132 votos).

Com o fechamento dos números, os presidencialistas passaram a definir a estratégia em plenário, e a intenção inicial era derrubar a questão de ordem da deputada Sandra Cavalcanti, pela qual a emenda do senador Fernando Henrique Cardoso (quatro anos de mandato com reeleição do presidente) seria apreciada em primeiro lugar, antes mesmo do destaque de votação em separado pretendido pelo PT e PDT, que levaria a questão do mandato para uma decisão à parte. Vencida esta etapa, eles iriam aprovar a votação em separado.

Com relação aos oradores, estrategistas como o deputado Genoíno queriam que fosse aumentado o número dos destacados para defender a emenda Lucena. Queriam também outros nomes, mas Lucena e Vivaldo Barbosa não abriram mão da defesa: afinal, eram os autores da emenda presidencialista.

PARLAMENTARISTAS

"A curtíssimo prazo temos de reconhecer que não há mais possibilidade de implantação do regime parlamentarista", dizia o líder do PMDB, deputado Mário Covas, lamentando o resultado da votação. Ainda há a hipótese de uma emenda constitucional ao texto da futura Carta, mas nem ele nem o senador Néelson Carneiro — um dos mais tradicionais parlamentaristas do Congresso — pareciam empolgados com a possibilidade.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, acentuou que "foi uma oportunidade histórica perdida e que tão cedo não se repetirá". Mas se disse até certo ponto surpreso pela rapidez com que as forças parlamentaristas, dias antes tidas como majoritárias, se dispersaram. "A pressão do governo foi grande, e a insensibilidade das bancadas do PT e PDT maior ainda", comentou Néelson Carneiro, para quem a luta será agora "bem mais difícil".

O sonho parlamentarista começou a ser desfeito horas antes da votação. O autor da emenda, deputado Egidio

Ferreira Lima, desolado, comentava no plenário que as forças haviam se dispersado. Bonifácio de Andrada, outro defensor histórico do regime de gabinete, vai agora trabalhar para tornar o presidencialismo aprovado "na medida do possível, parlamentarizado". O deputado Victor Faccioni, que criou o grupo parlamentarista interpartidário no Congresso, e alegava ter cerca de 300 adesões.

Para o senador Fernando Henrique Cardoso, o governo pressionou os constituintes e muitos optaram pelo fisiologismo. E Egidio Ferreira Lima acrescentava que muitos constituintes se diziam parlamentaristas mas na verdade não passavam de carreiristas à espera de ofertas do governo. O senador José Richa, um dos líderes do grupo parlamentarista, alçou com o governador da Bahia, Waldir Pires, antecipou-lhe a impressão de que a causa estava perdida, pelo menos por algum tempo. Pires agora prega a elaboração de uma emenda parlamentarista, a ser apresentada quando a nova Carta entrar em vigor.

Os artistas se movimentam com antecedência

A sessão de ontem pela manhã do Congresso Nacional serviu para a leitura de 19 decretos-leis e três vetos presidenciais a projetos do Legislativo e para que presidencialistas e parlamentaristas, poucas horas antes do início da votação, discutissem amplamente o sistema de governo.

O principal argumento parlamentarista contra o presidencialismo foi levado a plenário pelo deputado Adilson Mota (PDS): "Em 98 anos de presidencialismo aconteceram 12 estados de sítio, 17 atos institucionais, seis dissoluções do Congresso, 19 rebeliões militares, duas renúncias presidenciais, impedimento de posse de três presidentes e quatro presidentes depostos, seis Constituições diferentes, dois longos períodos de ditadura, nove governos autoritários, e, o mais importante, apenas dois presidentes civis concluíram seus mandatos: Artur Bernardes e Juscelino Kubitschek".

Do lado presidencialista, os deputados Farabulini Júnior (PTB-SP), Néelson Aguiar (PMDB-ES), Adroaldo Streck (PDT-RS) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) desafiaram os parlamentaristas, chegando a prometer-lhes até apoio, a convocar eleições gerais, de vereador a presidente da República, passando pelo Congresso Nacional, os governadores e os prefeitos. Farabulini Júnior disse que tudo o que os parlamentaristas prometem em seus discursos já foi atendido pelos presidencialistas, com a aprovação da recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional.

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), disse que o PMDB, para ser coerente com o movimento pelas diretas-já de 1984, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral e com a missão de ter posto fim aos 20 anos de autoritarismo, teria que votar pela manutenção do sistema presidencialista, para ensejar eleições diretas para presidente da República e não aprovar o parlamentarismo, com o qual restauraria o execrado Colégio Eleitoral.

Treze das 26 mulheres deputadas assinaram um documento de apoio ao parlamentarismo, que foi lido do plenário pela deputada Lidice da Mata (PC do B-BA).

Em frente ao palácio, um "lobby". De favelados.

"Cinco anos para Sarney", "em cinco anos dá pra fazer muito mais" e "deixe o presidente Sarney trabalhar", essas eram as palavras de ordem ontem durante uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto em apoio ao presidente. Os manifestantes: moradores de favelas de Brasília e de outros Estados, que tiveram apoio na organização da manifestação da Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), do Gabinete Civil da Presidência da República.

Quatro anos: Lula ainda tem esperanças.

O candidato à Presidência pelo PT, Luís Inácio Lula da Silva, declarou que mesmo acatado o destaque para votação em separado do mandato presidencial permanente, o que permitirá votação de emendas para quatro anos, isso não significa manter nas disposições transitórias cinco anos de mandato também para o presidente Sarney.

O vice-líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa, não tinha ilusão: dava como certa a aprovação dos cinco anos para Sarney, embora continuasse julgando que a manutenção do regime presidencialista devesse forçar naturalmente a fixação de quatro anos nas disposições transitórias. Por isso, PT e PDT consideravam de extrema importância a aprovação dos quatro anos.

Pela manhã, em concorrida reunião, as duas bancadas ameaçavam retirar-se do plenário, impedindo os 280 votos necessários, caso Ulysses Guimarães não permitisse apresentação de requerimento para votação em separado do mandato dos futuros presidentes.

O deputado José Genoíno (PT-SP) declarou que a posição do seu partido era "precipitar o confronto com o Executivo". E, para isso, não via nada melhor que defender o presidencialismo, porém com mandato de quatro anos, já que o parlamentarismo, no entender do seu partido, enfraqueceria essa disposição dos petistas. Por essa razão, as duas legendas faziam questão de garantir a apresentação do destaque com prioridade, antes da votação de qualquer emenda sobre regime do governo.

O presidente do PT, Olívio Dutra, também declarou que seu partido só votaria a emenda presidencialista se a Mesa garantisse votação em separado para a duração do mandato dos futuros presidentes. Ele confirmou a preocupação da legenda em centrar todas as atenções sobre o mandato de quatro anos. Brandão Monteiro, presidente do PDT, assinalou que, apesar de ser minoria no Congresso, o partido tinha consciência de que seus votos são fundamentais.

Tanto o PT como o PDT garantiam ontem não estar preocupados com o julgamento popular que poderá identificá-los com Sarney por defenderem o presidencialismo.